

MUNICÍPIO DE PIRACAIA

Departamento de Assistência e Promoção Social

PLANO DE ACOLHIMENTO DA REDE DE SERVIÇOS DE
ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Acolhimento por bairro no período de 2011 a 2014.....	16
Gráfico 2: Acolhimento por bairro Ano: 2011	17
Gráfico 3: Acolhimento por bairro Ano: 2012	17
Gráfico 4: Acolhimento por bairro Ano: 2013	18
Gráfico 5: Acolhimento por bairro Ano: 2014	18
Gráfico 6: Motivo de acolhimento; Período de 2011/2014.....	20
Gráfico 7: Motivo de Acolhimento – Abandono – 2011 - 2014.....	20
Gráfico 8: Motivo de Acolhimento – Direitos Violados - 2011/2014.....	20
Gráfico 9: Motivo de Acolhimento – Negligência - 2011/2014.	21
Gráfico 10: Motivo de Acolhimento – Diversos - 2011/2014.	21
Gráfico 11: Motivo de Acolhimento por ano. Período 2011/2014.....	22
Gráfico 12: Acolhidos no período de 2011/2014.	22
Gráfico 13: Acolhidos em 2011.....	23
Gráfico 14: Acolhidos em 2012.....	24
Gráfico 15: Acolhidos em 2013.....	24
Gráfico 17: Desligamentos do Serviço no Período de 2011 a 2014.....	24
Gráfico 18: Desligamentos do Serviço nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.....	25
Gráfico 19: Público atendido no período de 2011 a 2014 – Gênero e Idade.	25
Gráfico 20: Público atendido em 2011 – Gênero e Idade	26
Gráfico 21: Público atendido em 2012 – Gênero e Idade	27
Gráfico 22: Público atendido em 2013 – Gênero e Idade	27
Gráfico 23: Público atendido em 2014 – Gênero e Idade	<u>27</u>
Gráfico 24: Faixa Etária das crianças e adolescentes à época do Desligamento do Serviço - Período: 2011 a 2014.	28
Gráfico 25: Faixa Etária das Crianças e adolescentes acolhidos atualmente.....	28

LISTA DE SIGLAS

CERET – Centro de Referência do Trabalhador

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT – Conselho Tutelar

DAPS – Departamento de Assistência e Promoção Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNCFC – Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

SGDCA – Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	4
2. INTRODUÇÃO	5
3. DIAGNÓSTICO	7
4. MATRIZ DE PLANEJAMENTO	29
5. MATRIZ DE MONITORAMENTO	35
6. REFERÊNCIAS.....	38
7. ANEXOS.....	39

1. IDENTIFICAÇÃO

ÓRGÃO: Departamento de Assistência e Promoção Social

CNPJ: 14.151.605.0001/98

ENDEREÇO: Rua Dirce Fiorellini Badari, 48/51 – Centro – Piracaia/SP.

DATA DE ELABORAÇÃO: out/14, com correções em fev/15 e julho/15

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO:

Daniel Augusto Correa Junqueira

Cátia Aparecida Cabral Barreira

Eliana Leite Bastos

Marcia Pires

Marta Lúcia Sampaio

Paula Santiago

Rosângela Santos Cavalcante Souza

Sandra Cristina Santos

Simone Saraiva

Susana Regina da Silva Franco

Vera Lúcia Ferreira Camargo

Sheila Prado Bernardi Martins

2. INTRODUÇÃO

A estruturação de um Plano de Acolhimento da rede de serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens reflete a preocupação cada vez maior com a garantia da excepcionalidade do acolhimento, já apontada em outros documentos legais e normatizadores, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), o Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (CNAS, res.109/2009), as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CNAS, CONANDA 2009), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB RH/SUAS, o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, as Diretrizes Internacionais para cuidados Alternativos a crianças sem cuidados parentais entre outros.

A garantia da excepcionalidade só é possível por meio de intervenções que visem o cumprimento de tais normativas e aspectos legais, no que diz respeito a crianças e adolescentes acolhidos. Os aspectos históricos que referem o abandono de crianças viajam através dos séculos com registros no século XII onde consta que certo Bispo ao caminhar pelas ruas de Roma testemunhou a pesca de crianças junto às redes de pescadores, e assim determinou a construção do que ficou conhecido como o primeiro asilo para crianças órfãs ou abandonadas. (Boswel, 1988 *apud* Rizzini).

No Brasil os registros de crianças órfãs e abandonadas remontam à época da colonização Portuguesa, que com os Jesuítas criaram as “Casas de Muchachos” que atendiam tanto aos órfãos portugueses quanto as crianças indígenas, os curumins, num modelo de escola e internato. Algumas dessas crianças acabavam sendo agregadas às famílias e executando atividades servis, esse panorama permaneceu ao longo dos séculos, outro fator relevante é a implantação no século XVIII das Rodas dos Expostos que tem por princípio que, a família que não puder manter seus filhos pode entregá-los para serem cuidados por “obras de caridade” ainda não há aí uma Política de comprometimento do Estado com esse panorama de abandono que aparecerá no século XX com as instituições totais. (VERAS, 2006).

As instituições totais são uma resposta do Estado às entidades que até então atuam com padrões de benemerência e altruísmo, caminhando assim para a profissionalização da Assistência Social no Brasil. Parte-se dessa forma para a estruturação do Sistema de Proteção e Assistência, surgindo a necessidade de se olhar de maneira diferenciada para a família, e suas necessidades. Nesse contexto se dá a promulgação da Constituição Federal (1988), e mais tarde o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a ratificação da Convenção sobre Direitos da Criança em 1990, esses promoveram a ruptura nas concepções e práticas assistencialistas e institucionalizantes rompendo com o panorama que prevaleceu até o século passado e norteou as grandes

instituições totais onde o entendimento que prevalecia era “prender para proteger”. (PNCFC, 2006).

O Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária refere que “a legislação brasileira vigente preconiza a família, enquanto estrutura vital, lugar essencial à humanização e a socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos.” (PNCFC, 2006, p.15)

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS e a estruturação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS fortalecem as Políticas Públicas de Direitos das Crianças e Adolescentes, e agem com o intuito de prevenir o abandono e promover os vínculos familiares fragilizados. Para tanto além de compreender o papel fundamental da família no desenvolvimento do indivíduo há que se ter um olhar diferenciado no que se refere ao trabalho social com famílias.

Diante do exposto cabe aqui verificar e propor ações que contemplem a Rede de Serviços de Acolhimento do município de Piracaia/SP, dada à importância de uma efetividade nas ações realizadas para que se mantenha a excepcionalidade e a temporariedade do acolhimento institucional.

Piracaia possui uma população estimada no ano de 2013 de 26.371 habitantes¹, com uma área de 385 km², densidade demográfica de 65,23 hab/km², seu território é predominantemente composto por área rural, segundo a classificação dos municípios para implantação dos Serviços da Rede Socioassistencial, Piracaia se enquadra em Município de Pequeno Porte II, com população de 20.001 a 50.000 habitantes, sua Rede de Serviços Socioassistenciais é composta por um CRAS, um CREAS, um Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes municipalizado e Serviços de Proteção Social Básica oferecidos pelo Departamento de Assistência e Promoção Social – DAPS, tais como CERET, “Bolsa Frente de Trabalho”, Plantão Social, Programas Estaduais e Federais de transferência de renda e capacitação, o município de Piracaia conta atualmente com uma Instituição Beneficente inscrita no CMAS e CMDCA, que oferece serviços de Proteção Social Básica para crianças, adolescentes e suas famílias.

Na Proteção Social Especial de Média Complexidade conta com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, composta pela Escola Especial, Clínica de Saúde e Projetos de Assistência Social. Existe na cidade a parceria com o Projeto Guri (Estadual) que atende crianças e adolescentes nas vocações musicais. Na Rede Pública existem projetos esportivos e culturais diversos voltados para crianças e adolescentes que incluem as crianças e adolescentes acolhidos.

¹ Fonte de Dados: Portal ODM.

3. DIAGNÓSTICO

O presente diagnóstico é composto por dados coletados das Guias de Acolhimento, dos registros internos ao Serviço de Acolhimento, provenientes da Rede Socioassistencial e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - SGDCA.

I - PRINCIPAIS CAUSAS DO ACOLHIMENTO: A princípio buscamos identificar as principais causas do acolhimento, iniciamos assim pela Territorialização, com o mapeamento dos bairros de onde são provenientes as crianças, adolescentes e jovens acolhidos estipulando para tanto o período de 2011 a 2014. Conforme gráfico nº1 que ilustra a territorialização (pg. 12) é possível identificar que a maioria é proveniente do Centro (11.2 %) ou bairros próximos como Nosso Teto (9%), o restante se distribuiu em 10 outras regiões com percentuais variando de 1.2 % a 3.6% . Nessa avaliação percebemos que tal fenômeno se deve em parte ao maior acesso à informação sobre os direitos das crianças e adolescente e papel do Sistema de Garantia de Direitos destas e também pela maior incidência nesta área dos serviços das proteções básica, e média e alta complexidade, estando portanto disponível um arco maior de recursos humanos e intervenções possíveis.

Na sequência do diagnóstico nos debruçamos sobre a Caracterização do Serviço de Acolhimento existente em nosso município, buscando identificar o Perfil dos casos que geram o acolhimento, sendo que de acordo com as Guias de Acolhimento foram listados cerca de 11 motivos diferentes para que ocorressem os acolhimentos no período de 2011 até primeiro semestre de 2014, sendo eles:

- 1) abandono - com derivações para: abandono e drogas, abandono pelos pais ou responsáveis, abandono/alcoolismo dos pais, abandono/pai alcoolista, abandono/pai preso por tráfico de drogas, abandono/pais envolvidos c/drogas/problemas familiares, abandono/uso drogas pais ou familiares). Aqui são entendidas as situações de crianças/adolescentes deixadas sozinhas por longos períodos, e pontualmente as situações de abandono material/psicológico.
- 2) abuso sexual, incluindo suspeitas em investigação,
- 3) alcoolismo dos pais,
- 4) conflitos familiares,
- 5) direitos violados – com derivações para direitos violados ou ameaçados, direitos violados/orfandade ou abandono,
- 6) iniciativa dos pais,
- 7) mãe moradora de rua,
- 8) más condições de higiene,
- 9) negligência com variações para negligência da mãe, negligência e abandono, negligência/maus tratos, negligência/situação de risco,
- 10) pais responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas,
- 11) violência doméstica, violência intrafamiliar.

No caso do município de Piracaia, na correlação entre a economia e as vulnerabilidades das famílias, podemos dizer que há na cidade uma demanda por trabalho e renda que acaba sendo atendida pelas cidades do entorno, que possuem polos industriais (como Extrema, Bom Jesus dos Perdões, Atibaia), fazendo com que os arrimos de família e provedores passem longos períodos fora de casa e criando situações onde terceiros cuidam de seus filhos, como avós/avôs, filhos mais velhos, vizinhos, etc. O DAPS mantém parceria com estas empresas e procura mediar ou facilitar a informação de vagas e os processos de seleção. Não há no município projetos de infraestrutura ou projetos econômicos que ampliem a vulnerabilidade familiar.

Destacamos que no gráfico 9 (pg. 16) temos as estatísticas que apontam os casos de negligência e suas variações, sendo que esse item é o **fator que mais gerou acolhimento nos anos a que se refere tal diagnóstico**, cabe uma preocupação nesse caso uma vez que tal violação é uma das mais difíceis de se identificar e necessita de um olhar cuidadoso a fim de garantir a excepcionalidade do acolhimento, e ainda que casos onde tal fator é evidente verificar se houve referenciamento na Rede Socioassistencial com o intuito de prevenir esses acolhimentos. Outro fator evidenciado foi o abandono, este por sua vez foi discutido em reunião e houve discordância do ponto de vista jurídico e do ponto de vista da Rede socioassistencial, que verificou que alguns desses casos poderiam ter sido referenciados nos Serviços disponíveis e o acolhimento poderia ter sido um último recurso.

O gráfico 10 (pg. 16) demonstra os demais motivos que desencadearam acolhimentos nos anos de 2011 a 2014, que acabam por evidenciar a necessidade de Políticas Públicas voltadas para a prevenção, e neste sentido, ao final do diagnóstico estão as propostas.

Ao gráfico 11 (pg.17) coube a tarefa de evidenciar ao longo dos anos a presença dos motivos desencadeadores dos acolhimentos, nos indicando com relevância os acolhimentos que se deram em função de *Negligência* e que este se consolidou no ano de 2013, chamando a atenção ainda para o fator *negligência-maus tratos* evidente no ano de 2012, seguido de *violência intrafamiliar* no ano de 2013, *abandono pelos pais ou responsáveis* no ano de 2012 e *direitos violados* com o mesmo índice em 2011.

Nos gráficos seguintes (gráficos 12 e 13 à pag. 18) levantamos o tempo de permanência no Serviço de Acolhimento. Para esse levantamento estipulamos períodos de tempo fixo (de 1 dia a 3 meses; De 3 meses a 1 ano; De 1 ano a 2 anos e Mais de 2 anos no Serviço). No gráfico nº 12 temos os dados referentes ao período de 2011 a 2014, onde identificamos que **a maior parte 39% das crianças e adolescentes acolhidos permaneceram no Serviço por um período de 3 meses a 1 ano**, seguidos de 33% que permaneceram de *1 dia a 3 meses*, 15% que permaneceram *mais de dois anos* e 13% que permaneceram *de 1 ano a 2 anos*. Vale ressaltar que as dezesseis crianças e adolescentes que se encontram acolhidas atualmente compuseram essa esfera da pesquisa, conforme dados mostrados adiante que retratam o público atual do Serviço de Acolhimento.

Para o ano de 2014 tivemos no primeiro semestre apenas dois casos de acolhimento que permaneceram no Serviço por um período de *1 dia a 3 meses*, ressalta-se nesses casos a atuação da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em conjunto com a Equipe Técnica do CREAS em reverter a ordem de acolhimento, uma vez que se percebeu que essas famílias por meio de um acompanhamento pela Rede Socioassistencial poderiam superar as questões que levaram ao Acolhimento, prezando assim pela excepcionalidade do mesmo.

Ao avaliar os dados obtidos com análise do Perfil dos casos de desligamento do Serviço verificou-se que entre 2011 a 2014 **a maioria 39% incidiram em Reintegração Familiar**, seguidos de 32% que representam a Guarda-Adoção e 29% Guarda-Família Extensa, conforme Gráfico 17 (á pag.20).

Observando o gráfico nº 18 (á pg.21) observamos que no ano de 2011 tivemos apenas três casos de Desligamento do Serviço, esses três se referem a Reintegração Familiar; mais adiante vemos o ano de 2012 onde entre os desligamentos tivemos três casos de Guarda-Adoção, oito casos de guarda-Família Extensa e dez casos de Reintegração Familiar o que nos faz refletir sobre a presença de um trabalho com famílias, ou mesmo uma mudança na perspectiva com que os casos vinham sendo abordados; para 2013 tivemos seis casos de desligamento do Serviço, sendo que os seis foram em função de Guarda-Adoção, o que pode indicar uma preocupação novamente no que tange ao trabalho com famílias, porém ao final desse ano tivemos no Serviço a adequação no que diz respeito a Equipe Técnica, terminando o ano com 1 Psicóloga e 1 Assistente Social; No ano de 2014 tivemos oito casos de Desligamento do Serviço no primeiro semestre sendo que três foram em função de Guarda-Adoção, três de Guarda-Família Extensa e dois casos de Reintegração Familiar, percebendo assim a efetividade nas ações da Equipe Técnica que hoje direciona o Serviço.

No que se refere a Caracterização do Público Atendido no período de 2011 a 2014 foi possível com os dados existentes no Serviço mapear o gênero e a idade das crianças e adolescentes atendidos, e ainda, de acordo com os dados levantados, neste período houve apenas uma criança com deficiência acolhida; há registros de três grupos de irmãos acolhidos, respectivamente nos anos de 2011, 2012 e 2013.

No mapeamento de Gênero e Idade estipulamos uma faixa etária fixa (0-3 anos, 4-6 anos, 7-12 anos e 13-18 anos) e o Gênero em Feminino e Masculino, conforme gráfico 19 (á pg.22), onde se destacam respectivamente as crianças com faixa etária de 7-12 anos, seguidos pelo grupo que compreende a faixa de 0-3 anos, onde prevaleceu o gênero masculino. Os gráficos apontam a prevalência no acolhimento de crianças do sexo masculino nos anos de 2011 e 2012, o que vai se equilibrando a partir de 2013.

Ainda falando sobre a caracterização do público atendido procuramos identificar a Faixa Etária das crianças e adolescentes desligados do Serviço, para tanto utilizou-se como base a idade que esses tinham na data do Desligamento. De maneira geral verificamos que a

maioria tinha de 0 a 12 anos, sendo que 32% tinham de 7-12 anos, seguido de 31% que tinham de 0-3 anos, 29% com idade de 13-18 anos e por fim 8% com idade de 4-6 anos. Cabe ressaltar aqui que as maiores porcentagens se referem também à Faixa Etária prevalente no Serviço no período de 2011 a 2014.

À época do levantamento (out/14) no Serviço de Acolhimento encontram-se 16 crianças e adolescentes e estas estão caracterizadas conforme gráfico 25 (á pg.24) onde é possível visualizar a prevalência de crianças na faixa etária de 7-12 anos, seguido de crianças na faixa etária de 4-6 anos e 0-3 anos.

Destaca-se aqui que 100% das crianças em fase escolar encontram-se matriculadas na rede de ensino regular, participam de atividades recreativas tais como oficinas de capoeira – CRAS semanalmente, crianças na faixa etária de 5 a 12 anos, totalizando hoje nove crianças e adolescentes; 100% das crianças e adolescentes participam de Projeto de Inclusão Digital – Instituto Palas Athena em diferentes períodos, semanalmente; as crianças matriculadas no período da manhã com idade de 9 a 11 anos, participam semanalmente de aulas de percussão no Projeto Guri; aos finais de semana as crianças e adolescentes inseridos no Serviço de Acolhimento frequentam o Programa Escola da Família participando de diferentes atividades de lazer e recreação.

Ainda enquanto ações de prevenção do reacolhimento, a equipe técnica do Serviço de Acolhimento desenvolveu e instituiu um trabalho específico de orientação e acompanhamento familiar chamado CIRCULO DE FAMILIAS, onde são trabalhados os motivos do acolhimento buscando garantir uma reinserção familiar qualitativa e evitar o reacolhimento.

II – GESTÃO DA REDE: os Conselhos Municipais de Piracaia (no caso CMAS e CMDCA) estão ainda se apropriando de sua função assim como de sua possibilidade de protagonismo no monitoramento e proposição de políticas públicas. Ainda quanto às Políticas Públicas entendemos que a interpretação dos gráficos evidenciam a necessidade de Políticas voltadas para **a prevenção**, e neste sentido estão sendo discutidas e/ou implantadas ações como a implantação de um **Protocolo de Acompanhamento do Referenciamento Familiar na Rede** (em anexo á pag.36) como forma de centralizar informações e verificar se todos os serviços já foram disponibilizados; e ainda o **fortalecimento do CRAS** e sua atuação no território, a formação de uma **equipe móvel** para atendimento de áreas não cobertas pelo território do CRAS Batatuba como áreas rurais e periféricas ao centro, Políticas Públicas de Saúde e Educação, com Projetos e Programas de trabalho que contemplem as famílias.

Na discussão sobre e com o Conselho Tutelar – CT identificamos a necessidade de uma capacitação continuada para o CT (aproveitando a próxima eleição no município). Detectamos também a necessidade de maior diálogo com os Serviços da Rede antes do acolhimento, porque os encaminhamentos realizados pelo CT à Rede possibilitam o estudo psicossocial das famílias e culminam numa avaliação/intervenção que irá determinar potenciais de ação, prezando assim pela excepcionalidade do acolhimento. Como se pôde identificar nos motivos de acolhimento casos de *Negligência* e *conflitos familiares* são passíveis de intervenções prévias que podem

evitar o rompimento dos vínculos familiares. Quando ampliamos a visão, percebemos que a possibilidade de evitar um acolhimento passa também por outros equipamentos, e assim, ficou proposta a instituição de uma **matriz de avaliação e encaminhamentos** compartilhada por toda a rede do município que tenha interface com o Serviço de Acolhimento, principalmente Conselho Tutelar, DAPS, CRAS e CREAS, que se traduzirá no PLANO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. Esta discussão já se iniciou e tem previsão para julho/15 para apresentação de uma proposta de plano municipal para CMAS/CMDCA.

III – IMPLANTAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO: não foram identificadas demandas.

IV – REORDENAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EXISTENTES: no município existe somente um Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes, municipal, e instalado em edificação pertencente ao município. Na edificação há questões para serem aprimoradas no aspecto da qualidade da habitabilidade e no atendimento as orientações técnicas, como ausência de quintal e áreas administrativas separadas preferencialmente. Neste sentido estão sendo providenciadas mudanças no sentido de um novo espaço ou na adequação do espaço existente, foi apontada uma possibilidade de espaço assim como as adequações necessárias, que estão sendo consideradas pelo Departamento de Obras e pelo Gestor Municipal. Atualmente (fev/15) o abrigo já teve 21 crianças acolhidas, mas entendemos que é uma situação pontual, não se caracterizando permanente. Em termos do RH a equipe técnica está completa (coordenador, assistente social e psicóloga), o quadro dos operacionais está composto de 16 educadores/auxiliares para 20 crianças, compatível com as Orientações Técnicas..

SERVIÇO A : Abrigo Municipal Casa Coração de Mãe
 Coordenação: Marta Lucia Sampaio / Rua Guilherme Léo, 264, Bairro Centro, Piracaia/SP
 Fone: (11) 4036-4295
 Governamental (X) Não Governamental ()
 Modalidade do Serviço: abrigo institucional

CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ATENDIDO: Vale ressaltar que as dezesseis crianças e adolescentes que se encontram acolhidas no período do levantamento, compuseram essa esfera da pesquisa, conforme dados mostrados adiante que retratam o público atual do Serviço de Acolhimento. O perfil dos acolhidos tem predominância de suspensão de poder familiar, portanto trabalhando a possibilidade de reinserção familiar, e somente dois casos de destituição/orfandade, sendo que um caso já recebe o benefício Ação Jovem e está referenciado no Cadastro Único para futuro recebimento de Bolsa-Família. Há prevalência de grupos de irmãos (6 grupos totalizando 15 crianças/adolescentes), e ainda neste intervalo de tempo somente 01 adolescente com deficiência foi acolhida.

No quesito número de acolhidos que possuem vínculos com sua família, no universo 16 crianças acolhidas (á época do levantamento), destas 6 indivíduos (sendo um grupo de 3 irmãos) não possuem qualquer vínculo com suas famílias, sendo 02 crianças já destituídas do poder familiar, 01 órfão de pai e mãe, e 03 destituições em andamento com ausência total dos genitores, em todos os casos existe ausência de família extensa apta ou desejosa de contato e vínculo.

Quanto ao perfil étnico-racial, neste intervalo de tempo houveram 4 crianças acolhidas determinadas como negras, nenhuma outra diferenciação como indígena, asiática ou mesmo de comunidades tradicionais como quilombolas.

Quanto aos nº de acolhidos com diagnóstico de transtorno mental, existem no intervalo de tempo 6 crianças em processo de investigação, com hipóteses diagnósticas de transtorno mental. No mapeamento de Gênero e Idade estipulamos uma faixa etária fixa (0-3 anos, 4-6 anos, 7-12 anos e 13-18 anos) e o Gênero em Feminino e Masculino, conforme gráfico 19, onde se destacam respectivamente as crianças com faixa etária de 7-12 anos, seguidos pelo grupo que compreende a faixa de 0-3 anos, onde prevaleceu o gênero masculino.

Destaca-se aqui que 100% das crianças em fase escolar encontram-se matriculadas na rede de ensino regular, participam de atividades recreativas tais como oficinas de capoeira – CRAS semanalmente, crianças na faixa etária de 5 a 12 anos, totalizando hoje nove crianças e adolescentes; 100% das crianças e adolescentes participam de Projeto de Inclusão Digital – Instituto Palas Athena em diferentes períodos, semanalmente; as crianças matriculadas no período da manhã com idade de 9 a 11 anos, participam semanalmente de aulas de percussão no Projeto Guri; aos finais de semana as crianças e adolescentes inseridos no Serviço de Acolhimento frequentam o Programa Escola da Família participando de diferentes atividades de lazer e recreação.

Nos detalhamentos de gráfico, buscamos identificar ano a ano a prevalência de Gênero e Idade, conforme gráficos 20, 21, 22, 23 que se referem respectivamente aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014. Podemos verificar que no ano de 2011 não houve acolhimento de crianças do gênero feminino na faixa-etária de 13-18 anos. No ano de 2012 não há registros de acolhimento de crianças na faixa etária de 4-6 anos do gênero feminino. Já no ano de 2013 temos a inversão desses dados demonstrando que não houve acolhimento de crianças e adolescentes do gênero masculino nas faixas-etárias de 4-6 anos e de 13-18 anos. No primeiro semestre de 2014 as faixas-etárias mencionadas foram de 0-3 anos e de 7-12 anos, ambas do gênero feminino. Os gráficos apontam a prevalência no acolhimento de crianças do sexo masculino nos anos de 2011 e 2012, o que vai se equilibrando a partir de 2013.

Quanto ao tempo de permanência no Serviço de Acolhimento, estipulamos períodos de tempo fixo (1 dia a 3 meses; De 3 meses a 1 ano; De 1 ano a 2 anos e Mais de 2 anos no Serviço). No gráfico 12 temos os dados referentes ao período de 2011 a 2014, onde identificamos que 39% das crianças e adolescentes acolhidos permaneceram no Serviço por um período de 3 meses a 1

ano, seguidos de 33% que permaneceram de *1 dia a 3 meses*, 15% que permaneceram *mais de dois anos* e 13% que permaneceram *de 1 ano a 2 anos*.

DIMENSÃO I : PORTE E ESTRUTURA

A capacidade de atendimento do serviço é de 20 crianças/adolescentes, em atendimento as Normas Técnicas, e no momento do levantamento haviam 16, e atualmente (julho/15) são 19 crianças e adolescentes acolhidas.

Aspectos relativos ao imóvel em que funciona o serviço:

Cabe dizer que está sendo providenciada uma nova estrutura para o serviço de acolhimento, prevendo atendimento aos quesitos determinados em orientação técnica.

As condições de habitabilidade atendem aos princípios mínimos de conforto térmico, iluminação, ventilação e mobiliário, assim como a quantidade de quartos (são 6 incluindo um individual para adolescente e 01 berçário). No momento do levantamento havia uma biblioteca, mas com a instalação do berçário os estudos são feitos no refeitório nos intervalos de uso e de maneira satisfatória.

A privacidade é satisfatória, as crianças possuem camas individuais e espaços privativos para roupas e pertences pessoais, no geral são 4 crianças por quarto, e somente um dos quartos tem 6 crianças com idades semelhantes (de 04 a 08 anos) e procuramos manter grupos de irmãos juntos, quando do mesmo gênero, respeitadas as faixas etárias.

A manutenção das instalações é mínima, com comprometimento das instalações de rede de esgoto e elétrica que necessitam ser trocadas para melhor desempenho, mas que não representam risco ou insalubridade. Há mofo renitente em algumas paredes que exigem manutenção periódica.

A localização da unidade é central, em zona mista residencial e comercial, de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público, serviços e equipamentos de Saúde, Educação e Lazer, viabilizando a inserção das crianças em atividades da comunidade.

O quesito acessibilidade foi contemplado com instalação de rampas de acesso, faltando a adequação dos banheiros, que são insuficientes para a determinação técnica (1 conjunto de vaso, pias e chuveiros para cada 06 crianças).

DIMENSÃO II: RECURSOS HUMANOS

A equipe hoje está completa, sendo 26 funcionários, entre concursados e autônomos com vínculo contratual. A coordenação e equipe técnica é concursada e compostas por 01 coordenadora com nível superior (Sociologia) com carga horária de 40 hs/sem, 01 assistente social e 01 psicóloga ambas com carga horária de 30 hs/sem, e 01 mãe social com formação em Serviço Social e carga horária de 40 hs/sem.

02 cozinheiros que trabalham 12hs diárias e alternam escalas de 12hs por 36hs, sendo 1 deles concursado e outro autônomo.

01 serviços gerais-lavanderia cursando EJA com carga horária 40hs/sem, autônomo.

01 serviços gerais-limpeza com 1º grau completo e carga horária 40hs/sem, concursado.

01 motorista com carga horária de 40 hs/sem, CLT.

16 educadoras/cuidadoras, em turno fixos diários com carga horária de 12hs, sendo 4 por turno e escala 12hs por 36hs, sendo 3 educadoras com ensino superior, 1 cursando Serviço Social, 06 educadoras com ensino fundamental e o restante com ensino médio.

No todo a equipe atende o determinado em norma técnica, se considerarmos que só atendeu á chamada de contratação de autônomos as pessoas com ensino fundamental, não foi possível completar a equipe com ensino médio completo, e nem com formação específica. A capacitação para a função se dá através da disponibilização pelo poder publico de um curso de formação para cuidadores (crianças e idosos) ministrado por terceiros contratados, e cabe informar que no ano de 2015 não houve este curso. É parte da formação as reuniões periódicas de equipe que trabalham questões do dia a dia e também conceitos e diretrizes, além de um grupo de apoio da psicóloga do acolhimento exclusivo para educadores, mensal. No ultimo ano uma educadora participou das atividades de capacitação (oficinas) do grupo Acolhimento em Rede, fornecido pelo Instituto Fazendo História e seus parceiros.

No que toca á coordenação e equipe técnica as atribuições são desempenhadas corretamente, havendo apoio da gestão publica para a inserção em atividades do grupo Acolhimento em Rede como forma de capacitação, não havendo entretanto supervisão para estes profissionais, embora haja a demanda.

DIMENSÃO III: GESTÃO DO SERVIÇO

O serviço possui Projeto Político Pedagógico (PPP), elaborado em maio/13 pela coordenadora e equipe técnica e será atualizado, já que atualmente a equipe técnica foi renovada, e para adequação ás normas vigentes e á realidade das estratégias e atividades desenvolvidas hoje no serviço de acolhimento.

O serviço está inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob nº 02 PG.

DIMENSÃO IV : METODOLOGIAS DE ATENDIMENTO

Todas as crianças tem Plano Individual de Atendimento (PIA) elaborado em até 02 meses de seu acolhimento, construído participativamente com inclusão da rede socioassistencial, equipe técnica do Judiciário, família e o adolescente. No caso das crianças suas ponderações e desejos são ouvidos e inseridos. O PIA inclui objetivos, estratégias e ações para superação das causas do acolhimento. A implementação das ações de PIA são de responsabilidade de cada

equipamento, e são monitoradas pela equipe do serviço de acolhimento. Dentro das estratégias de trabalho com famílias o acolhimento faz atendimentos quinzenais e individuais das famílias, chamado de Circulo de Famílias, com enfoque nas potencialidades da família com vistas à reintegração ou inserção em família substituta, conforme o caso, e para isto usa ferramentas da Terapia Comunitária. Há registros específicos deste trabalho separados do prontuário das crianças.

Todas as crianças estão inseridas na rede escolar, e o acompanhamento é feito pela equipe através da Mãe Social, da psicóloga do acolhimento e das cuidadoras, com participação nas reuniões escolares, sendo que a psicóloga do acolhimento trabalha as questões trazidas pela escola nos grupos por faixa etária.

A maioria das crianças (exceto 3 pequenos e 01 adolescente que não aderiu) estão recebendo atendimento terapêutico, pois em cada caso foi detectada a necessidade de trabalhar conteúdos, parte na rede socioassistencial e parte com profissionais voluntários. Há também 2 acolhidos inseridos em psicopedagogia particular voluntária, 01 em programa da APAE, e psiquiatria infantil. Há 3 adolescentes que aderiram as atividades disponibilizadas pelo CRAS, dois não aderiram e fazem outras atividades.

Há prontuários individualizados e atualizados de cada criança, e são elaborados trimestralmente relatórios circunstanciados para o Poder Judiciário, e as renovações de PIA são feitas semestralmente ou quadrimestralmente conforme o caso. Não há crianças ou adolescentes há mais de 06 meses no acolhimento sem que tenha sido elaborado o PIA e enviado relatório ao Poder Judiciário.

Há o acolhimento de grupo de irmãos quando existe demanda, pois no município não há outro serviço de acolhimento, e nem temos conhecimento de desmembramento de grupo de irmãos em idade de acolhimento para outros serviços em outros municípios. Não há nenhuma restrição do atendimento do serviço como restrição de faixa etária, não-acolhimento de pessoas com deficiência, etc.

As famílias de origem das crianças e adolescentes acolhidos estão sendo inseridos nos equipamentos CREAS e CRAS conforme as especificidades das situações, e nos serviços da Proteção Básica e após o desligamento do acolhimento as crianças e suas famílias são acompanhadas pelo CREAS por 06 meses.

Uma importante ferramenta de trabalho são os grupos de crianças e adolescentes semanais, por faixa etária, conduzido pela psicóloga do acolhimento, onde são trabalhadas as questões do dia a dia das crianças, o afastamento das famílias, a possibilidade de reintegração ou desligamento de suas famílias, dificuldades escolares, a construção de regras e rotinas do acolhimento que tem participação das crianças.

Há oferta de atividades externas para adolescentes e crianças e todos aderem, como esportivas no Centro Esportivo Municipal (atletismo, futsal, parquinho lúdico e piscina no verão), treino

de futebol no instituto Palas Athena semanalmente, e no CRAS os adolescentes fazem capoeira e dança semanalmente.

Há uma estratégia de ações para desenvolvimento de autonomia e independização, e como fruto uma adolescente foi inserida no Programa Jovem Aprendiz da Elektro SP e já está trabalhando. Também foi criado um programa de mobilização de interesse para profissões (Dia da Profissão) onde as crianças acompanham membros da comunidade em suas atividades profissionais e exercitam suas potencialidades. Dentro do grupo com a psicóloga, existe o programa Construindo Minha Autonomia, quando os adolescentes se envolvem em atividades externas para construção da cidadania, como compras e valor do dinheiro, departamentos de serviços e seu funcionamento, etc.

A alimentação é elaborada por cozinheiros, que procuram atender os desejos das crianças sempre que possível.

GRÁFICOS QUE SUBSIDIAM O DIAGNÓSTICO

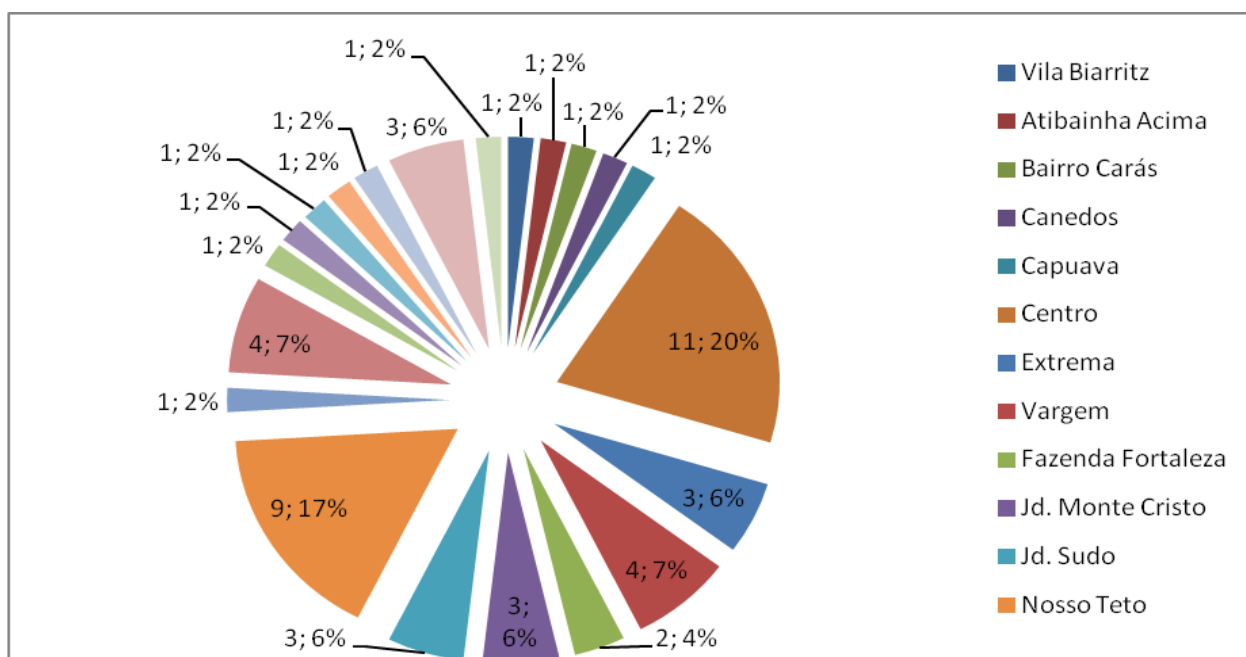


Gráfico 1: Acolhimento por bairro no período de 2011 a 2014

No gráfico 2 visualizamos a ocorrência dos acolhimentos no ano de 2011, onde é possível identificar que novamente a maioria dos casos é proveniente do Centro, representando 67% dos casos.

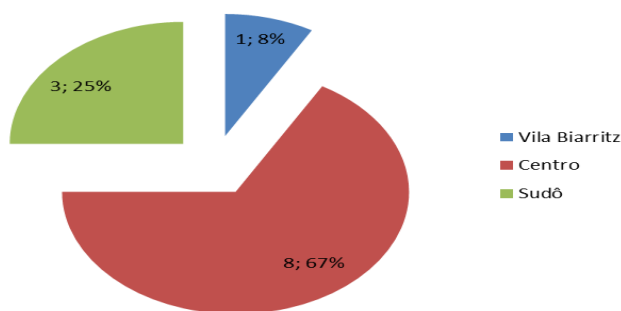


Gráfico 2: Acolhimento por bairro Ano: 2011

O gráfico 3 onde foi registrado os acolhimentos no ano de 2012, evidenciou-se o caso do bairro Nosso Teto que integra a região central deste município, seguido do Recanto dos Maias e por sua vez o Centro. Nesse gráfico vemos a presença de três crianças provenientes de outro município – Extrema – e a presença de duas crianças provenientes a primeira do Vale do Atibaia II, cerca de 16 km da cidade e do Bairro dos Carás que também é distante do Centro.

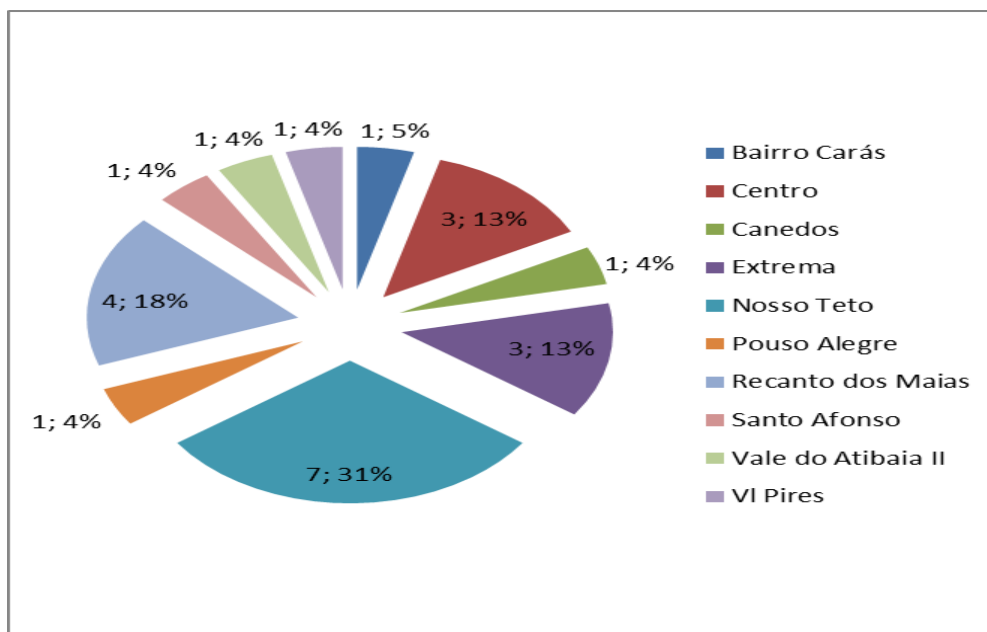


Gráfico 3: Acolhimento por bairro Ano: 2012

A seguir temos o gráfico 4 que nos mostra os dados levantados no ano de 2013 onde sua maioria refere-se a casos provenientes da Vila Teodoro (grupo de irmãos) que fica a aproximadamente 5 km do Centro e Jd. Monte Cristo que compõem a região Central. Nesse ano tivemos também acolhimentos provenientes de bairros distantes como Atibainha Acima e Fazenda Fortaleza, além de um caso onde a genitora se encontrava em situação de rua.

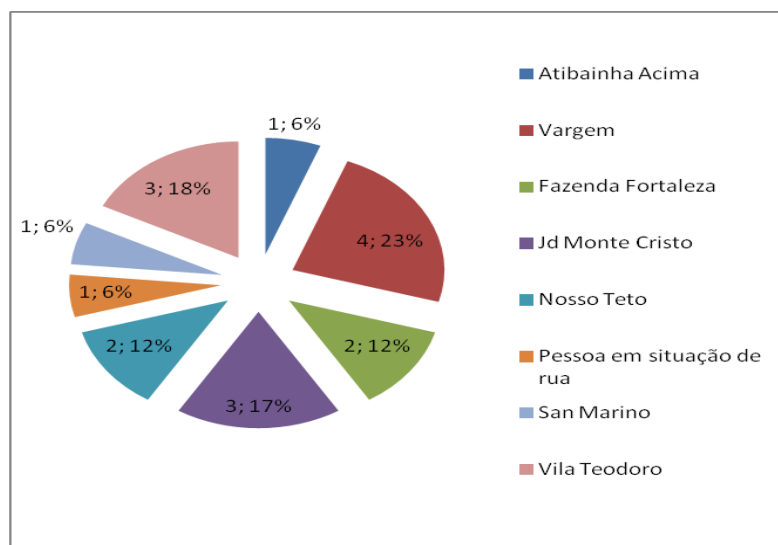


Gráfico 4: Acolhimento por bairro Ano: 2013

O gráfico 5 se refere ao primeiro semestre do ano de 2014, onde foram registrados dois casos de acolhimento, ambos provenientes da região central.

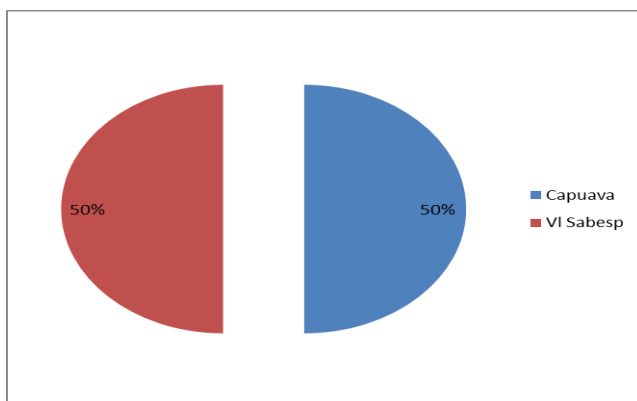
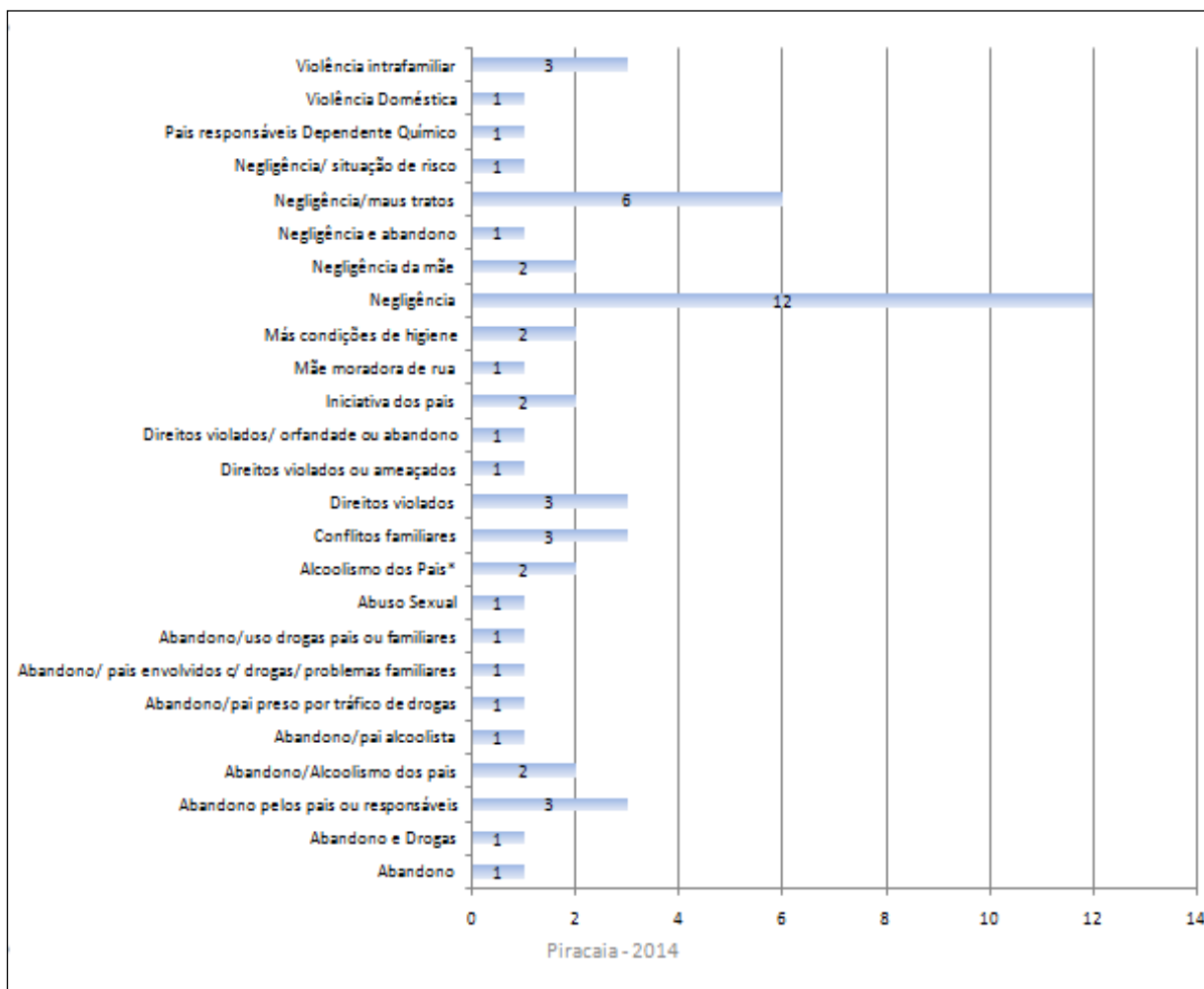


Gráfico 5: Acolhimento por bairro Ano: 2014

Quanto á Caracterização do Serviço de Acolhimento existente em nosso município, buscando identificar o Perfil dos casos que geram o acolhimento, sendo que de acordo com as Guias de Acolhimento foram listados cerca de vinte e cinco motivos diferentes para que ocorressem os acolhimentos no período de 2011 até primeiro semestre de 2014, sendo eles: abandono, abandono e drogas, abandono pelos pais ou responsáveis, abandono/alcoolismo dos pais, abandono/pai alcoolista, abandono/pai preso por trafico de drogas, abandono/pais envolvidos c/drogas/problemas familiares, abandono/uso drogas pais ou familiares, abuso sexual, alcoolismo dos pais, conflitos familiares, direitos violados, direitos violados ou ameaçados, direitos violados/orfandade ou abandono, iniciativa dos pais, mãe moradora de rua, más condições de higiene, negligência, negligencia da mãe, negligencia e abandono, negligencia/maus tratos, negligencia/situação de risco, pais responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas, violência domestica, violência intrafamiliar.

Com o intuito de gerar uma melhor visualização das causas de acolhimento, reunimos em blocos que incidiam em termos parecidos, como nos mostra o gráfico 7, onde podemos identificar os casos de acolhimento ocorridos no período de 2011 a 2014, que tiveram como uma das causas o abandono. No gráfico 8 temos as causas de acolhimento relacionadas aos



direitos violados, onde reuniu-se três esferas que englobavam o aspecto “direito violado.

No gráfico 9 temos as estatísticas que apontam os casos de negligência e suas variações, sendo que esse item é o fator que mais gerou acolhimento nos anos a que se refere tal diagnóstico, cabe uma preocupação nesse caso uma vez que tal violação é uma das mais difíceis de se identificar e necessita de um olhar cuidadoso a fim de garantir a excepcionalidade do acolhimento, e ainda que casos onde tal fator é evidente verificar se houve referenciamento na Rede Socioassistencial com o intuito de prevenir esses acolhimentos. Outro fator evidenciado foi o abandono, este por sua vez foi discutido em reunião e houve discordância do ponto de vista jurídico e do ponto de vista da Rede socioassistencial, que verificou que alguns desses casos poderiam ter sido referenciados nos Serviços disponíveis e o acolhimento poderia ter sido um último recurso.

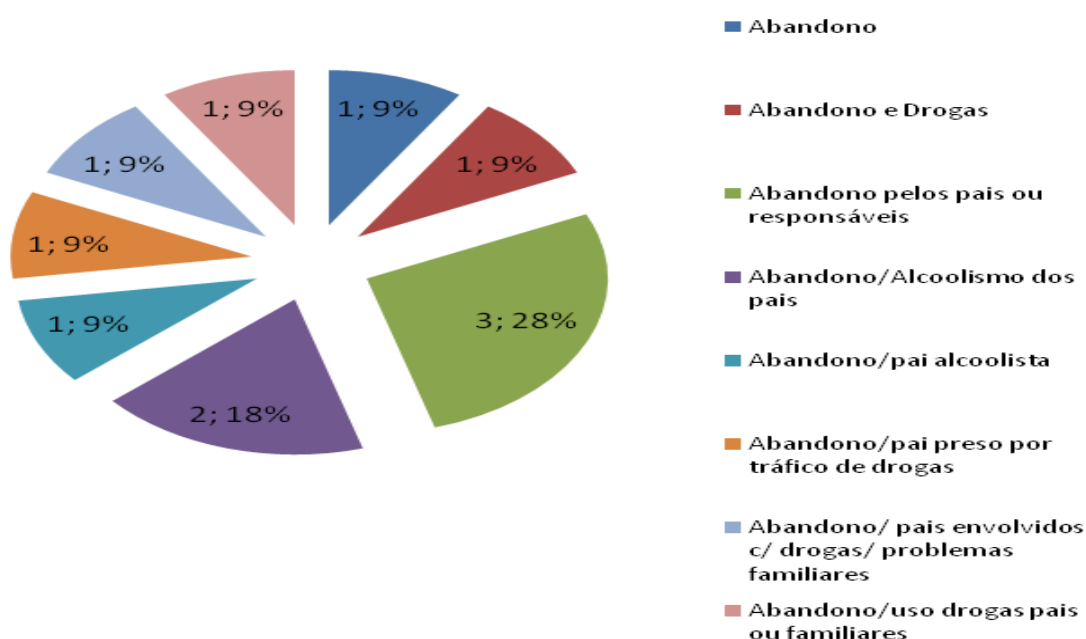


Gráfico 7: Motivo de Acolhimento – Abandono – 2011 - 2014.

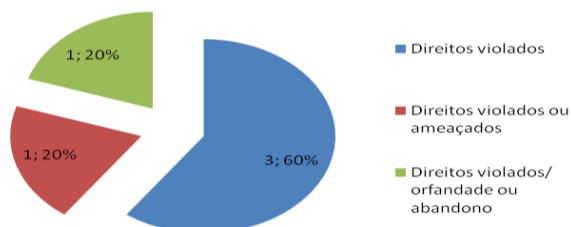


Gráfico 8: Motivo de Acolhimento – Direitos Violados - 2011/2014.

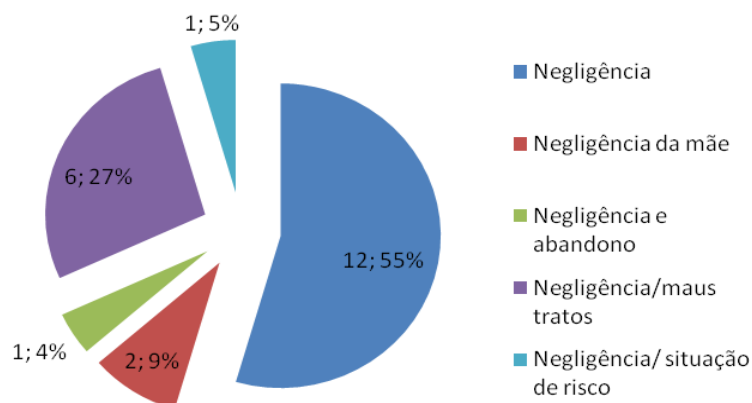


Gráfico 9: Motivo de Acolhimento – Negligência - 2011/2014.

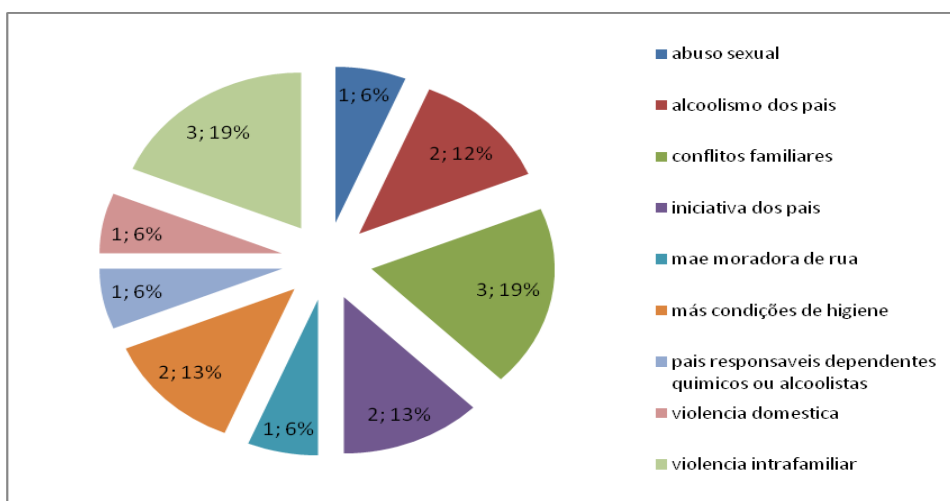


Gráfico 10: Motivo de Acolhimento – Diversos - 2011/2014.

O gráfico 10 demonstra os demais motivos que desencadearam acolhimentos nos anos de 2011 a 2014.

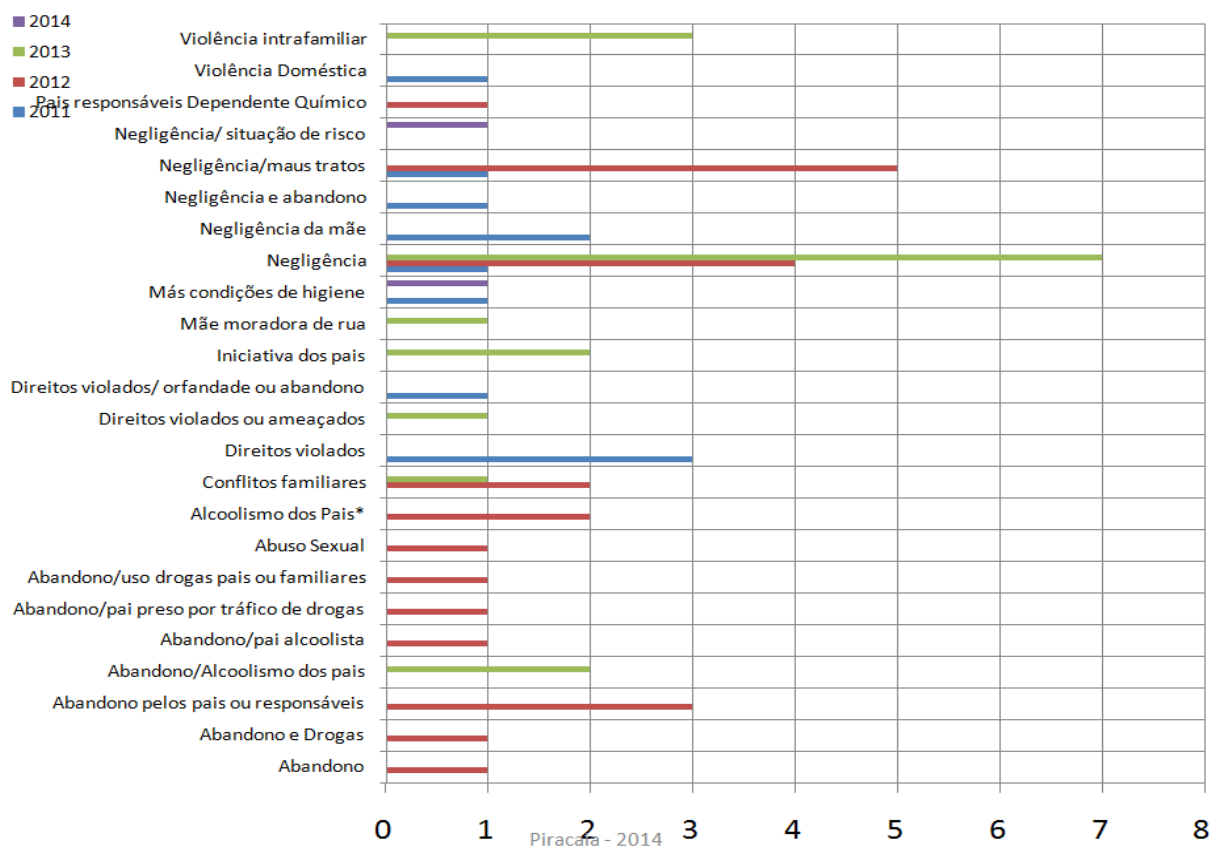


Gráfico 6: Motivo de Acolhimento por ano. Período 2011/2014.

Ao gráfico 11 coube a tarefa de evidenciar ao longo dos anos a presença dos motivos desencadeadores dos acolhimentos, nos indicando com relevância os acolhimentos que se deram em função de *Negligência* e que este se consolidou no ano de 2013, chamando a atenção ainda para o fator *negligência-maus tratos* evidente no ano de 2012, seguido de *violência intrafamiliar* no ano de 2013, *abandono pelos pais ou responsáveis* no ano de 2012 e *direitos violados* com o mesmo índice em 2011.

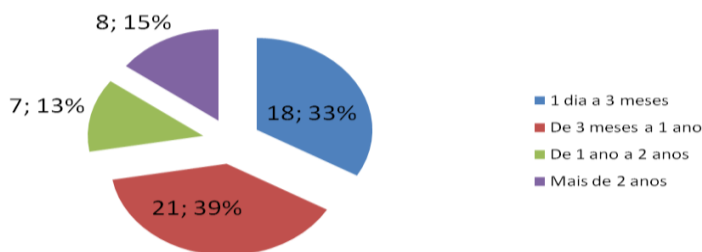


Gráfico 127: Acolhidos no período de 2011/2014.

No gráfico 13 podemos identificar que a maior parte das crianças e adolescentes que acolhidas naquele ano permaneceram *de 3 meses a 1 ano* no Serviço, seguidas de 33% que permaneceram *de 1 dia a 3 meses* e 25% que permaneceram *mais de 2 anos* no Serviço, nessa esfera temos de considerar uma criança que ainda encontra-se acolhida.

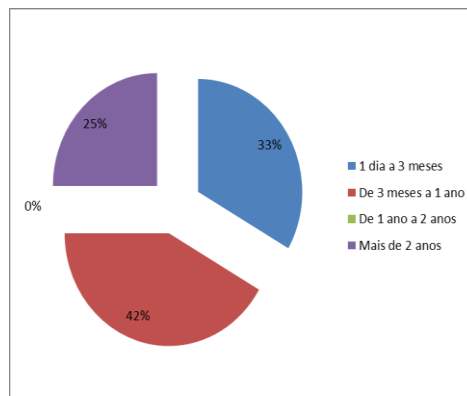


Gráfico 8: Acolhidos em 2011.

No gráfico 14 temos 52% dos casos acolhidos naquele ano que permaneceram no Serviço pelo período de *1 dia a 3 meses*, 22% que permaneceram mais de 2 anos e 13% respectivamente que permaneceram de 3 meses a 1 ano e de 1 ano a 2 anos. Importante ressaltar que as crianças e adolescentes que compõem o índice *Mais de 2 anos* ainda encontram-se acolhidos até a data da elaboração (out/14).

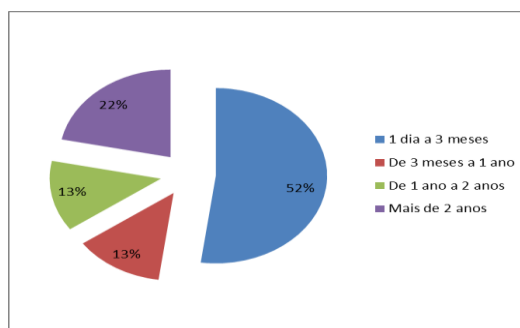


Gráfico 9: Acolhidos em 2012.

O gráfico 15 demonstra os dados referentes às crianças acolhidas no ano de 2013 e revela que 76% dos casos estas permaneceram no Serviço pelo período de *3 meses a 1 ano* e 24% dos casos compreende o período de *1 ano a 2 anos*. Ressalta-se que para compor este levantamento considerou-se 17 crianças e adolescentes e 10 delas permaneciam acolhidas, destas sete compreendem os dados de 3 meses a 1 ano e três se referem ao período de 1 ano a 2 anos.

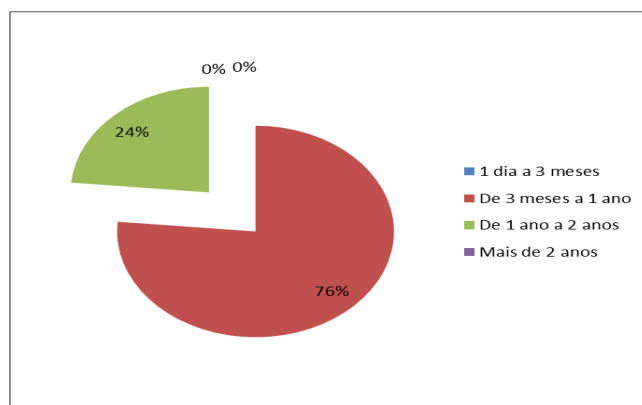


Gráfico 1510: Acolhidos em 2013.

Para o ano de 2014 tivemos nesse primeiro semestre apenas dois casos de acolhimento que permaneceram no Serviço por um período de *1 dia a 3 meses*, ressalta-se nesses casos a atuação da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em conjunto com a Equipe Técnica do CREAS em reverter a ordem de acolhimento, uma vez que se percebeu que essas famílias por meio de um acompanhamento pela Rede Socioassistencial poderiam superar as questões que levaram ao Acolhimento, prezando assim pela excepcionalidade do mesmo.

Ao avaliar os dados obtidos com análise do Perfil dos casos de desligamento do Serviço verificou-se que 39% incidiram em Reintegração Familiar, seguidos de 32% que representam a Guarda-Adoção e 29% Guarda-Família Extensa no período de 2011 a 2014, conforme Gráfico 17.

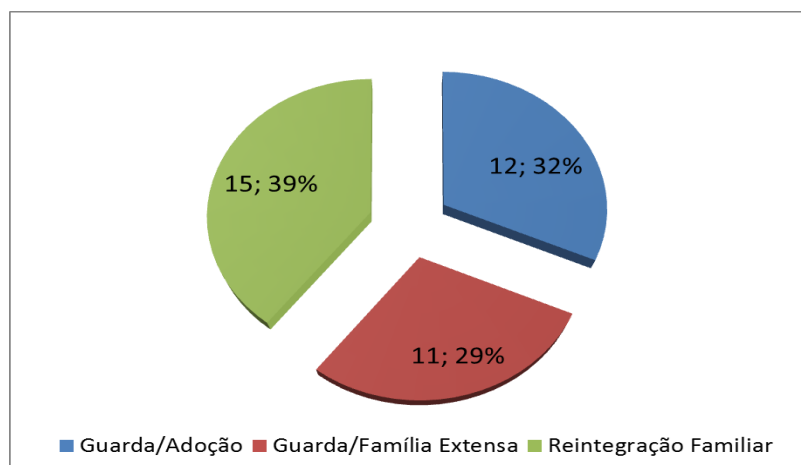


Gráfico 1711: Desligamentos do Serviço no Período de 2011 a 2014.

No Gráfico 18 observamos que no ano de 2011 tivemos apenas três casos de Desligamento do Serviço, esses três se referem a Reintegração Familiar; mais adiante vemos o ano de 2012 onde entre os desligamentos tivemos três casos de Guarda-Adoção, oito casos de guarda-Família Extensa e dez casos de Reintegração Familiar o que nos faz refletir sobre a presença de um trabalho com famílias, ou mesmo uma mudança na perspectiva com que os casos vinham sendo abordados; para 2013 tivemos seis casos de desligamento do Serviço,

sendo que os seis foram em função de Guarda-Adoção, o que pode indicar uma preocupação novamente no que tange ao trabalho com famílias, porém ao final desse ano tivemos no Serviço a adequação no que diz respeito a Equipe Técnica, terminando o ano com 1 Psicóloga e 1 Assistente Social; No ano de 2014 tivemos oito casos de Desligamento do Serviço no primeiro semestre sendo que três foram em função de Guarda-Adoção, três de Guarda-Família Extensa e dois casos de Reintegração Familiar, percebendo assim a efetividade nas ações da Equipe Técnica que hoje direciona o Serviço.

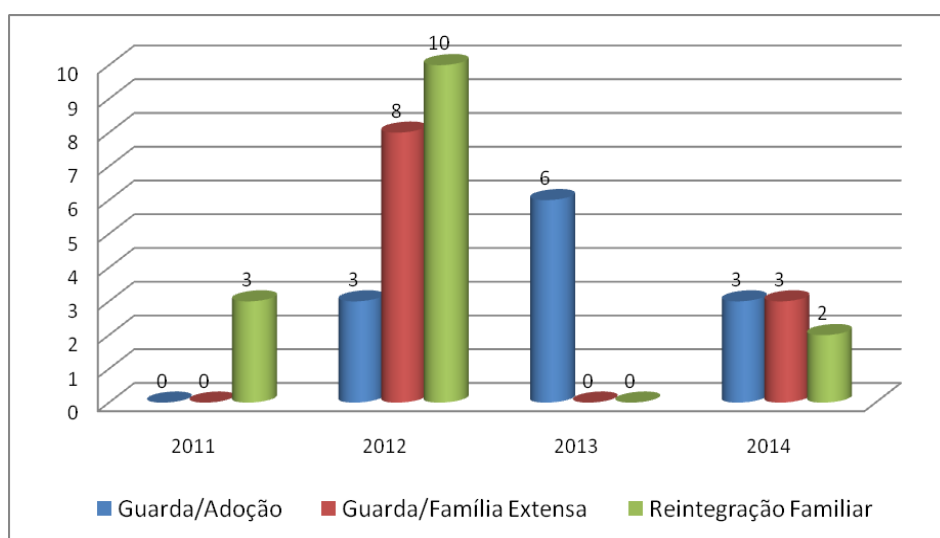


Gráfico 18: Desligamentos do Serviço nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

No que se refere a Caracterização do Público Atendido no período de 2011 a 2014 foi possível com os dados existentes no Serviço mapear o gênero e a idade das crianças e adolescentes atendidos, e ainda, de acordo com os dados levantados, neste período houve apenas uma criança com deficiência acolhida; há registros de três grupos de irmãos acolhidos, respectivamente nos anos de 2011, 2012 e 2013.

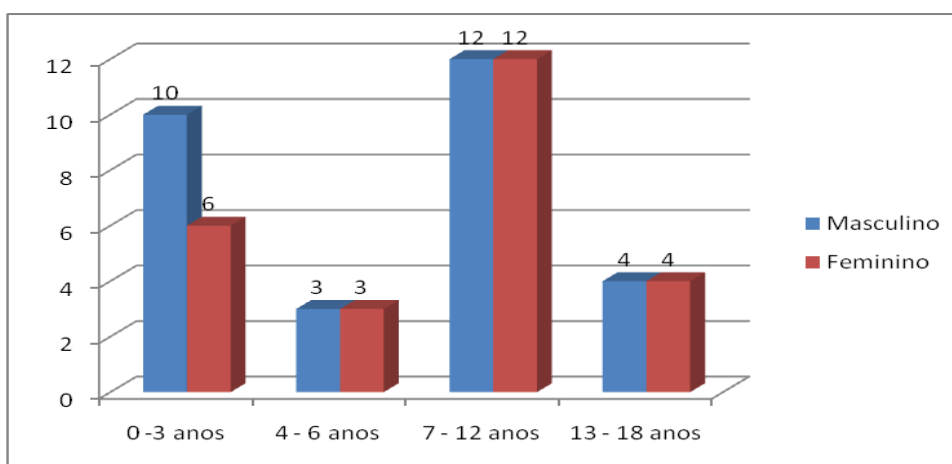


Gráfico 19: Público atendido no período de 2011 a 2014 – Gênero e Idade.

No mapeamento de Gênero e Idade estipulamos uma faixa etária fixa (0-3 anos, 4-6 anos, 7-12 anos e 13-18 anos) e o Gênero em Feminino e Masculino, conforme gráfico 19, onde se destacam respectivamente as crianças com faixa etária de 7-12 anos, seguidos pelo grupo que compreende a faixa de 0-3 anos, onde prevaleceu o gênero masculino.

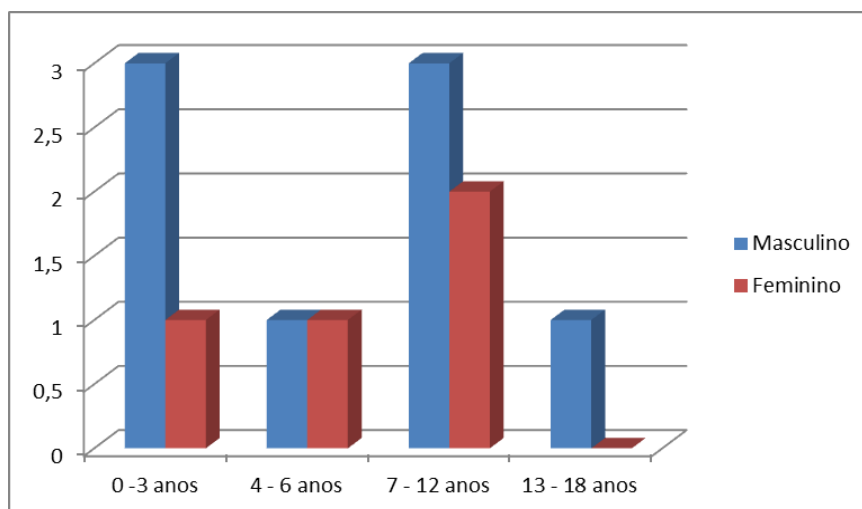


Gráfico 12: Público atendido em 2011 – Gênero e Idade

Na sequência buscamos identificar ano a ano a prevalência de Gênero e Idade, conforme gráficos 20, 21, 22, 23 que se referem respectivamente aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014. Podemos verificar que no ano de 2011 não houve acolhimento de crianças do gênero feminino na faixa-etária de 13-18 anos. No ano de 2012 não há registros de acolhimento de crianças na faixa etária de 4-6 anos do gênero feminino. Já no ano de 2013 temos a inversão desses dados demonstrando que não houve acolhimento de crianças e adolescentes do gênero masculino nas faixas-etárias de 4-6 anos e de 13-18 anos. No primeiro semestre de 2014 as faixas-etárias mencionadas foram de 0-3 anos e de 7-12 anos, ambas do gênero feminino. Os gráficos apontam a prevalência no acolhimento de crianças do sexo masculino nos anos de 2011 e 2012, o que vai se equilibrando a partir de 2013.

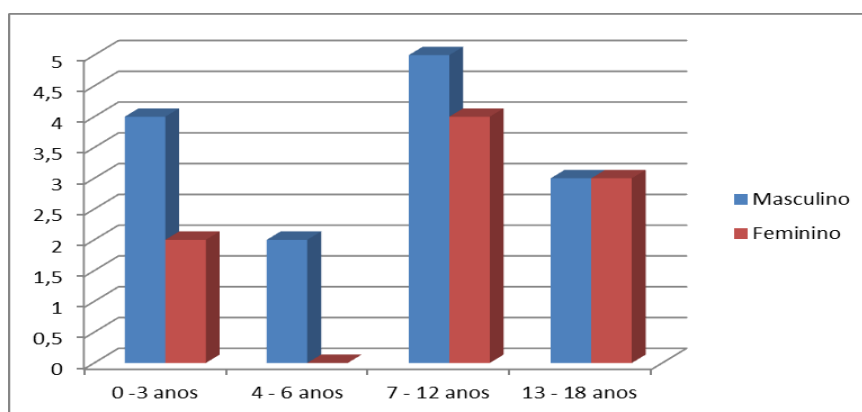


Gráfico 13: Público atendido em 2012 – Gênero e Idade

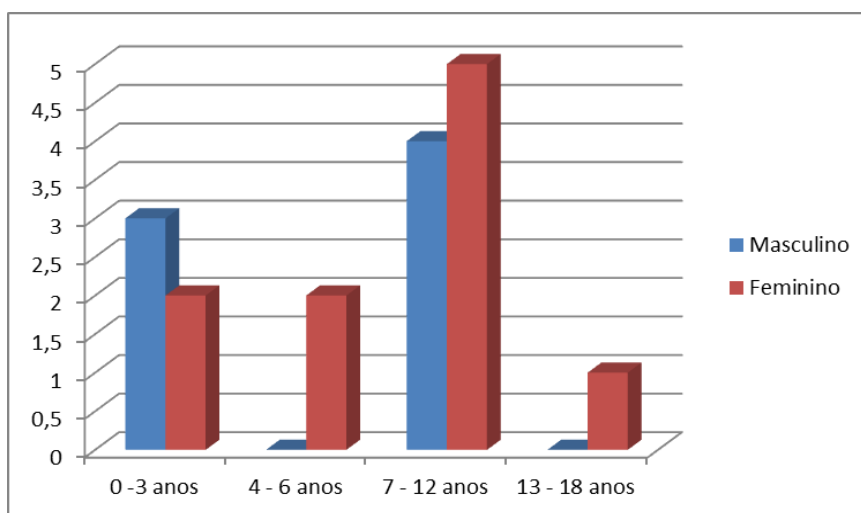


Gráfico 22: Público atendido em 2013 – Gênero e Idade

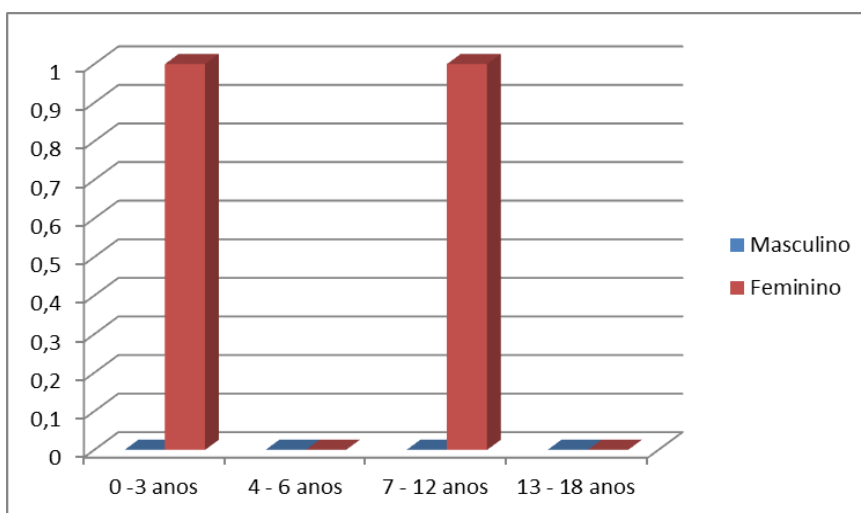


Gráfico 23: Público atendido em 2014 – Gênero e Idade

Ainda falando sobre a caracterização do público atendido procuramos identificar a Faixa Etária das crianças e adolescentes desligados do Serviço, para tanto utilizou-se como base a idade que esses tinham na data do Desligamento. De maneira geral verificamos que 32% tinham de 7-12 anos, seguido de 31% que tinham de 0-3 anos, 29% com idade de 13-18 anos e por fim 8% com idade de 4-6 anos. Cabe ressaltar aqui que as maiores porcentagens se referem também à Faixa Etária prevalente no Serviço no período de 2011 a 2014.

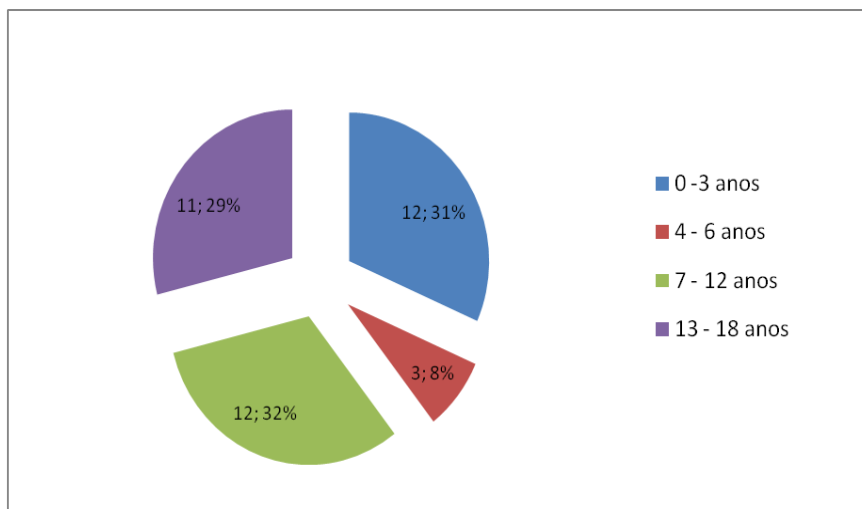


Gráfico 24: Faixa Etária das crianças e adolescentes à época do Desligamento do Serviço – Período: 2011 a 2014.

Atualmente no Serviço de Acolhimento encontram-se 16 crianças e adolescentes e estas estão caracterizadas conforme gráfico 25 onde é possível visualizar a prevalência de crianças na faixa etária de 7-12 anos, seguido de crianças na faixa etária de 4-6 anos e 0-3 anos.

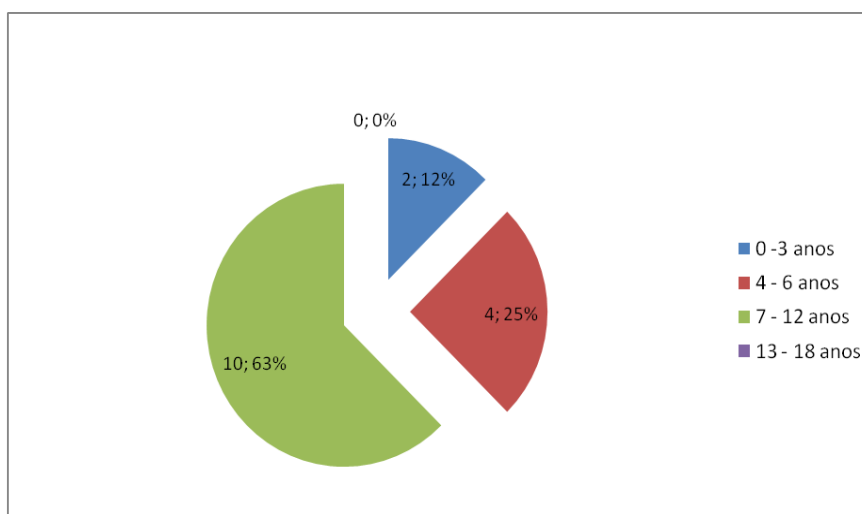


Gráfico 25: Faixa Etária das Crianças e adolescentes acolhidos atualmente.

4. MATRIZ DE PLANEJAMENTO

BLOCO I: GESTÃO DA REDE					
DIMENSÃO: Metodologias de Atendimento					
SERVIÇO: Serviço de Acolhimento “Casa Coração de Mãe” Responsável: Terezinha das Graças da Silveira Peçanha Coordenadora: Marta Lúcia Sampaio Endereço: Guilherme Leo, 264 – Centro – Piracaia/ São Paulo Telefone: 11 4036-4295					
Governamental (X)			Não Governamental ()		
Aspecto a ser Reordenado	Objetivos	Ações	Metas	Prazo	Responsáveis
1) Capacitação permanente e continuada	Aprimorar o conhecimento através do apoio do DAPS para a inserção nas atividades do grupo Acolhimento em Rede e seus parceiros da rede de acolhimento institucional de crianças e adolescentes (todos os atores)	1.1.1) Viabilização de inserção das equipes nas atividades de qualificação do trabalho (cursos, oficinas, rodas de conversas, etc) através de divulgação e apoio do DAPS para as equipes que compõem a Rede do Serviços de Acolhimento.	100% das equipes inseridas e capacitadas minimamente.	Curto a Médio julho/16	Prefeitura do Município de Piracaia; DAPS
2) Estrutura física e equipamentos	2.1) Garantir a qualidade de habitabilidade de crianças e adolescentes acolhidos, viabilizando a construção ou aquisição de uma casa adequada de Acolhimento Institucional.	2.1.1) Promover a construção ou aquisição de imóvel que contemple as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (MDS/CONANDA)	Uma Instituição de Acolhimento Municipal em prédio próprio adequado às Normas Técnicas para até 20(vinte) crianças e adolescentes acolhidos.	Médio a Longo Dez/17	Prefeitura do Município de Piracaia; DAPS.

BLOCO I: GESTÃO DA REDE – CONTINUAÇÃO

DIMENSÃO: Metodologias de Atendimento

Aspecto a ser Reordenado	Objetivos	Ações	Metas	Prazo	Responsáveis
3) Fluxos e Protocolos	3.1) Estabelecer / pactuação de fluxos, procedimentos e protocolos no que diz respeito aos encaminhamentos para o serviço de acolhimento e acompanhamentos dos casos, bem como sobre a realização das audiências concentradas.	3.1.1) Implementar o PLANO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	100% do Plano instituído embasando os fluxos e norteando as ações	Médio (Jul/16)	.DAPS
		3.1.2) Pactuação e diálogo contínuo entre o Poder Judiciário, SGDCA, Órgão Gestor e o Serviço de Acolhimento.	100% de fluxos e pactuações estabelecidas	Curto Dez/15	Poder Judiciário; SGDCA; CREAS; DAPS; Equipe da Instituição de Acolhimento.
		3.1.3) Articulação entre todos os atores envolvidos no processo para construção dos fluxos e protocolos.	100% da articulação entre todos os atores envolvidos realizada.	Médio Julho/16	Equipe da Instituição de Acolhimento; CREAS; CRAS; DAPS; Poder Judiciário.
		3.1.4) Atualização do PPP	100% das estratégias de atuação do acolhimento inseridas no PPP	curto Dez/15	Serviço de Acolhimento
4) Estratégias e fluxos que garantam o acompanha/o das famílias das crianças e adolescentes acolhidos (CRAS e CREAS).	4.1) Estabelecer estratégias e fluxos que garantam o acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos pelo CRAS e / ou CREAS.	4.1.1) implementar experimental/e o PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO DO REFERENCIAMENTO FAMILIAR	Protocolo em uso experimentalmente iniciando pelo serviço de acolhimento	Curto Julho/15	Serviço de Acolhimento

		4.1.2) Estabelecimento de estratégias e fluxos que garantam o acompanhamento de todas as famílias das crianças e adolescentes acolhidos pelo CRAS e/ou CREAS durante o acolhimento e pelo menos por 6(seis) meses após a reintegração familiar 4.1.3) Contratação de Diagnóstico Socioterritorial com ênfase na Infância e Juventude e vulnerabilidades das políticas públicas do segmento 4.1.4) Instituição da Equipe Técnica Móvel composta de 02 estagiários (Serviço Social e Psicologia) sob supervisão	100% das famílias e crianças / adolescentes atendidos e acompanhados pelo PAIF e / ou PAEFI. 100% das Ações baseadas em dados <i>Ativar busca ativa e aumentar o atendimento preventivo, referenciando minimamente na Atenção Básica</i>	Curto Dez/15 Dez/16 Médio Julho/16	DAPS; CRAS; CREAS. Prefeitura do Município de Piracaia DAPS DAPS CRAS CREAS
5) Viabilização de Recursos Financeiros para o Serviço de Acolhimento	5.1) Garantir o funcionamento adequado da estrutura física do Serviço de Acolhimento.	5.1.1) Viabilizar o repasse de recursos para manutenção e melhorias da estrutura física do imóvel	Repasse de recursos financeiros para manutenção efetuada em sua totalidade.	Curto Dez/15	Prefeitura do Município de Piracaia e DAPS
6) Capacitação e formação continuada para todos os trabalhadores do Serviço de Acolhimento, Órgão Gestor e da Rede Socioassistencial.	6.1) Agregar conhecimento e aprimorar os serviços das equipes que compõem a Rede Socioassistencial às Instituições de Acolhimento e o Órgão Gestor.	6.1.1) Capacitar continu/e profissionais que atuam direta ou indireta/e nos serviços acolhimento p/cças e adolescentes, incluindo Órgão Gestor e a Rede Socioassistencial.	Toda a equipe de profissionais que atuam direta e indiretamente nos serviços de acolhimento capacitadas continuamente	Medio Julho/16	Prefeitura do Município de Piracaia e DAPS.

BLOCO III: REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EXISTENTE**DIMENSÃO: Porte e Estrutura****SERVIÇO: Serviço de Acolhimento “Casa Coração de Mãe”****Responsável: Terezinha das Graças da Silveira Peçanha****Coordenadora: Marta Lúcia Sampaio****Endereço: Guilherme Leo, 264 – Centro – Piracaia/ São Paulo Telefone: 11 4036-4295****Governamental (X)****Não Governamental ()**

Aspecto a ser Reordenado	Objetivos	Ações	Metas	Prazo	Responsáveis
1. Adequação dos aspectos relativos ao imóvel em que funciona o Serviço;	Promover um ambiente com estrutura adequada ao desenvolvimento das crianças e adolescentes atendidos, conforme as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento (MDS/CONANDA, 2009)	1. Construção ou aquisição de um imóvel que contemple as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento (MDS/CONANDA, 2009) 1.1. Garantir a construção de acordo com as Normas de Acessibilidade da ABNT 1.2. Manutenção permanente e continuada do imóvel. 1.3. Garantir que o Serviço de Acolhimento esteja localizado em área residencial que contemple as diferentes Políticas Públicas (Saúde, Educação, Lazer e Cultura entre outros).	100% dos acolhidos atendidos com qualidade em estrutura adequada.	longo Dez/17)	Prefeitura do Município de Piracaia; DAPS.

BLOCO III: REORDENAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EXISTENTES**DIMENSÃO: Recursos Humanos****SERVIÇO: Serviço de Acolhimento “Casa Coração de Mãe”****Responsável: Terezinha das Graças da Silveira Peçanha****Coordenadora: Marta Lúcia Sampaio****Endereço: Guilherme Leo, 264 – Centro – Piracaia/ São Paulo****Telefone: 11 4036-4295****Governamental (X)****Não Governamental ()**

Aspecto a ser Reordenado	Objetivos	Ações	Metas	Prazo	Responsáveis
Adequação do número de profissionais que compõem as equipes mínimas do Serviço de Acolhimento Institucional (Formação/ Carga Horária/ Vínculo Empregatício)	1. Efetivar a aplicação do conteúdo previsto na NOB/RH-SUAS no que se refere às Equipes do Serviço de Acolhimento, assegurando a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. 2. Aprimorar os Processos de Seleção e Contratação de Equipe. 3. Garantir a Capacitação e Formação Continuada.	.Realização do Concurso Público conforme NOB/RH-SUAS. .Capacitar os profissionais envolvidos no Processo de Seleção e Contratação de Equipe. .Capacitar as Equipes Técnicas e Operacionais.	100% da Equipe Técnica e Operacional completa conforme NOB/RH – SUAS 100% das Equipes com formação adequada para execução de suas atividades	Curto Dez/16)	Prefeitura do Município de Piracaia; DAPS.

BLOCO III: REORDENAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EXISTENTES					
DIMENSÃO: Gestão do Serviço					
SERVIÇO: Serviço de Acolhimento “Casa Coração de Mãe” Responsável: Terezinha das Graças da Silveira Peçanha Coordenadora: Marta Lúcia Sampaio Endereço: Guilherme Leo, 264 – Centro – Piracaia/ São Paulo Telefone: 11 4036-4295					
Governamental (X)			Não Governamental ()		
Aspecto a ser Reordenado	Objetivos	Ações	Metas	Prazo	Responsáveis
Articulação com a Rede Intersetorial contemplando as diferentes Políticas Públicas.	Promover o diálogo com as diferentes Políticas Públicas e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente - SGDCA com o intuito de promulgar o acesso à Política de Assistência Social no que tange ao Serviço de Acolhimento e Rede Socioassistencial.	Participação nos diferentes Conselhos; Promover Fóruns e Seminários que versem sobre a Política de Assistência Social, Política do Serviço de Acolhimento e Rede Socioassistencial; Construção de Fluxos locais entre os SGDCA e demais Políticas Públicas.	Plena articulação com a Rede Intersetorial.	Médio Jul/16	Prefeitura do Município de Piracaia; DAPS. Diferentes atores que compõem a Rede Socioassistencial; Rede Intersetorial; SGDCA.

5. MATRIZ DE MONITORAMENTO

BLOCO I: GESTÃO DA REDE					
DIMENSÃO: METODOLOGIA DE ATENDIMENTO					
SERVIÇO: Serviço de Acolhimento “Casa Coração de Mãe” Responsável: Terezinha das Graças da Silveira Peçanha Coordenadora: Marta Lúcia Sampaio Endereço: Guilherme Leo, 264 – Centro – Piracaia/ São Paulo Telefone: 11 4036-4295					
Governamental (X)			Não Governamental ()		
MODALIDADE: ABRIGO INSTITUCIONAL					
OBJETIVO	PRAZO	RESPONSÁVEIS	1º MONITORAMENTO	2º MONITORAMENTO	3º MONITORAMENTO
Aprimorar o conhecimento através da inserção nas atividades do grupo Acolhimento em rede e sus parceiros à rede de acolhimento institucional de crianças e adolescentes (todos os atores)	Curto a Médio julho/16	Prefeitura do Município de Piracaia; DAPS	Dez/15	Mar/16	Junho/2016
Garantir a qualidade de habitabilidade de crianças e adolescentes acolhidos, viabilizando a construção ou aquisição de casa adequada de Acolhimento Institucional.	Médio a longo Dez/17	Prefeitura do Município de Piracaia; DAPS	Dez/15	Jun/16	Nov/17

BLOCO I: GESTÃO DA REDE – CONTINUAÇÃO

DIMENSÃO: METODOLOGIA DE ATENDIMENTO

OBJETIVO	PRAZO	RESPONSÁVEIS	1º MONITORAMENTO	2º MONITORAMENTO	3º MONITORAMENTO
Estabelecer/ pactuar fluxos, procedimentos e protocolos no que diz respeito aos encaminhamentos para o Serviço de Acolhimento e acompanhamentos dos casos, bem como sobre a realização das audiências concentradas.	Médio Julho/16	Poder Judiciário; SGDCA; DAPS; CREAS; CRAS; Equipe da Instituição de Acolhimento;	Dez/2015	Mar/16	Jun/16
Estabelecer estratégias e fluxos que garantam o acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos pelo CRAS e CREAS.	Curto Dez/(2015)	DAPS; CREAS; CRAS;	Ago/2015	Set/2015	Nov/2015
Garantir o funcionamento adequado da estrutura física e de RH do Serviço de Acolhimento.	Curto Dez/(2015)	Prefeitura do Município de Piracaia; DAPS.	Ago//2015	Out//2015	Nov//2015

BLOCO III: REORDENAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EXISTENTE - CONTINUAÇÃO**DIMENSÃO I: PORTE E ESTRUTURA**

OBJETIVO	PRAZO	RESPONSÁVEIS	1º MONITORAMENTO	2º MONITORAMENTO	3º MONITORAMENTO
Promover um ambiente com estrutura adequada ao desenvolvimento das crianças e adolescentes atendidos, conforme as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento (MDS/CONANDA, 2009)	Longo Dez/17	Prefeitura do Município de Piracaia; DAPS.	Dezembro/ 2015	Junho/2016	Nov/17

DIMENSÃO II: RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO	PRAZO	RESPONSÁVEIS	1º MONITORAMENTO	2º MONITORAMENTO	3º MONITORAMENTO
Efetivar a aplicação do conteúdo previsto na NOB/RH – SUAS no que se refere às Equipes do Serviço de Acolhimento, assegurando a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.	Curto Dez/15	Prefeitura do Município de Piracaia; DAPS.	Jul/15	Out//2015	Dezembro/2015
Aprimorar os Processos de Seleção e Contratação de Equipe.	Curto Dez/(2015)	Prefeitura do Município de Piracaia; DAPS.	Jul//2015	Out//2015	Dezembro/2015
Garantir a capacitação e Formação Continuada.	Curto Dez/(2015)	Prefeitura do Município de Piracaia; DAPS.	Julho/2015	Out//2015	Dezembro/2015

BLOCO III: REORDENAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EXISTENTE – CONTINUAÇÃO**DIMENSÃO III: GESTÃO DO SERVIÇO**

OBJETIVO	PRAZO	RESPONSÁVEIS	1º MONITORAMENTO	2º MONITORAMENTO	3º MONITORAMENTO
Promover o diálogo com as diferentes Políticas Públicas e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente – SGDCA com o intuito de promulgar o acesso à Política de Assistência Social no que tange ao Serviço de Acolhimento e Rede Socioassistencial.	Médio Julho/(2016)	Prefeitura do Município de Piracaia; DAPS. Diferentes atores que compõem a Rede Socioassistencial; Rede Intersetorial; SGDCA.	Dezembro/ 2015	Abril/2016	Junho//2016

6. REFERÊNCIAS

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política nacional de assistência social*. Brasília, 2004.

_____. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária*. Brasília, 2006.

_____. Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: MDS/CNAS, 2009b.

_____. *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*, Brasília: CNAS, Conanda, 2009a.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

PORTALODM. Disponível em: < <http://www.portalodm.com.br>>. Acesso em: 20 ago.2014.

RIZZINI, Irene (Coord.) et al. Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito a convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro: PUC – RIO, 2006.

VERAS, Myrian (Coord.). Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação. São Paulo: Instituto Camargo Correa, 2006. Coletânea Abrigar.

Anexo 1 - Protocolo de Acompanhamento do Referenciamento Familiar - PIRACAIA

(Verificar e pontuar quais ações e em que equipamentos esta família está referenciada)

Nome Principal do Usuário _____ NIS/CPF _____

Situação _____ Abertura: ____/____/____ Técnico _____

OBS:

ASSISTENCIA SOCIAL	CRIANÇA/	FAMILIA (membros da)
Assistência Social (DAS)	☐ Bolsa Família (órfãos, etc) ☐ BPC/Loas - BPC na Escola ☐ Outros.	☐ Bolsa Família ☐ Cesta Básica ☐ BPC/Loas - BPC na Escola ☐ Renda Cidadã (operado pelo Bezerra) ☐ Benefícios Eventuais ☐ Outros
Inserção nos programas municipais e estaduais disponíveis no município (transferência de renda, capacitação, fortalecimento de vínculos, etc)	☐ Ação Jovem ☐ Pronatec ☐ Outros	☐ Viva Leite ☐ São Paulo Amigo do Idoso ☐ Frente Trabalho / CERET ☐ Ação Jovem ☐ Pronatec ☐ Outros
CRAS Batatuba / PAIF – ações preventivas de ruptura de vínculos e fortalecimento da matricialidade sociofamiliar	☐ SCFV crianças até 6 anos ☐ SCFV cças e adolesc (6 a 15 anos;) ☐ SCFV Adolesc e jovens (15 a 17 anos;) ☐ Acompanhamento familiar ☐ Outros.	☐ SCFV crianças até 6 anos ☐ SCFV cças e adolesc de 6 a 15 anos; ☐ SCFV Adolesc e jovens de 15 a 17 anos; ☐ SCFV Idoso ☐ Acompanhamento familiar ☐ Outros
CREAS / PAEFI – ações de acompanhamento de ameaça ou situações de violações de direitos	☐ Acompanhamento individual e familiar ☐ Medida Socioeducativa ☐ PETI ☐ Outros	☐ Acompanhamento Familiar ☐ Dependência Química (álcool, drogas) ☐ Medida Socioeducativa ☐ Idoso ☐ Vitima de violencia
ENTIDADES - Inserção nas entidades que compõem a rede socioassistencial (proteção básica), conveniadas ou não . SCFV	☐ (6 a 12 a) Bezerra Progr. Cça, Adoles Fam. Feliz. ☐ (15 a 17 a) Bezerra Proj. Caminho de Luz ☐ Outros	☐ (6 a 12 a) Bezerra Progr. Cça, Adoles Fam. Feliz. ☐ (15 a 17 a) Bezerra Proj. Caminho de Luz ☐ (famílias assistidas)Programa Belem Casa do Pão ☐ Idosos (Melhor Idade) ☐ APAE “Semeando Ações” (média complexidade) ☐ Amor Exigente e AA ☐ Outros
SAÚDE	CRIANÇA	FAMILIA (membros da)
Informações de acompanhamento ambulatorial, incluindo Saúde Mental (CAPS, CAPSi, etc)	☐ UBS (Ambulatorial) ☐ Saúde Mental (acompanhamento terapêutico) ☐ Internações (Hospitalares, Com. Terapêuticas) ☐ Saúde Bucal ☐ APAE (acompanhamento, laudos, etc) ☐ Outros	☐ UBS (Ambulatorial) ☐ Saúde Mental ☐ Internações (Hosp. , Com. Terapeuticas) ☐ APAE (acompanhamento, laudos, etc) ☐ Outros
EDUCAÇÃO	CRIANÇA	FAMILIA (membros da)
Informações sobre acompanhamento	☐ Frequência escolar ☐ Aproveitamento escolar ☐ Vínculos da família com a escola ☐ APAE ou similar ☐ Outros	☐ Frequência escolar ☐ Aproveitamento escolar ☐ Vínculos da família com a escola ☐ APAE ou similar ☐ Outros
CULTURA, ESPORTE E LAZER	CRIANÇA	FAMILIA (membros da)
Informações quanto ao encaminhamento, inserção/participação	☐ Projeto Musica nas Montanhas (acima 10 anos) ☐ Projeto Guri (8 a 18 anos) ☐ Aulas de Viola Caipira (acima 10 anos) ☐ Escola da Família ☐ Centro Esportivo Municipal - Atleta do Futuro (parquinho, SESI, Circo, Futsal) . ☐ Embasa para uso da estrutura (Parq, piscina) ☐ Outros	☐ Projeto Musica nas Montanhas (acima 10 anos) ☐ Projeto Guri (8 a 18 anos) ☐ Aulas de Viola Caipira (acima 10 anos) ☐ EMBASA Atleta do Futuro (parc.SESI, Circo, aulas Hidro, Futsal, alongamento, etc) . ☐ Centro Esportivo Municipal para uso da estrutura (Parquinho, piscina) ☐ Outros
VOLUNTARIADO / PARTICULARES	CRIANÇA	FAMILIA (membros da)
Informações de acompanhamentos não-oferecidos ou não-disponíveis na rede.	☐ Saúde Mental (acompanhamento terapêutico) ☐ Psicopedagogia ☐ Saúde Bucal (incluindo ortodontia) ☐ Outros	☐ Saúde Mental (acompanhamento terapêutico) ☐ Psicopedagogia ☐ Saúde Bucal (incluindo ortodontia) ☐ Outros